

LUGAR-MUNDO: A MUNDIALIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS DOMINADAS

COLUCCI, Danielle Gregole¹

Resumo

Este trabalho apresenta reflexões sobre a proximidade contemporânea das categorias lugar e mundo. Para tanto, aborda ambas em suas relações de indissociabilidade, moldadas a partir do processo de mundialização econômica que, paulatinamente, condicionou as existências dos sujeitos nos lugares. Entretanto, pode-se dizer que esse processo foi possível apenas devido à internalização, em tais sujeitos, de valores próprios difundidos ao longo da denominada Modernidade, que acoplou-se, aos poucos, ao processo de difusão global do modo de produção capitalista. Nesse sentido, busca-se propor que tais valores estão associados a uma perspectiva existencial oriunda de relações de dominação, compreendidas de uma maneira ampla e encontradas em diversos âmbitos da produção da existência dos sujeitos do mundo. Assim, a junção lugar-mundo procura auxiliar o debate geográfico no sentido de compreender como o processo de mundialização econômica favoreceu um outro processo relacional em âmbito global: o condicionamento das existências nos lugares e no mundo a relações de dominação ou opressão.

Palavras-chave: Globalização; Capitalismo; Relações de dominação; Lugar; Mundo.

LUGAR-MUNDO: LA MUNDIALIZACIÓN DE EXISTENCIAS DOMINADAS

Resumen

Este artículo presenta reflexiones sobre la proximidad contemporánea de las categorías lugar y mundo. Para ello, aborda ambas en sus relaciones de indisociación, moldeadas a partir del proceso de mundialización económica que, paulatinamente, condicionó las existencias de los sujetos en los lugares. Sin embargo, se puede decir que ese proceso fue posible sólo debido a la internalización, en tales sujetos, de valores propios difundidos a lo largo de la denominada Modernidad, que se acopló poco a poco al proceso de difusión global del modo de producción capitalista. En ese sentido, se busca proponer que tales valores están asociados a una perspectiva existencial oriunda de relaciones de dominación, comprendidas de una manera amplia y encontradas en diversos ámbitos de la producción de la existencia de los sujetos del mundo. Así, la unión lugar-mundo busca auxiliar el debate geográfico en el sentido de comprender cómo el proceso de mundialización económica favoreció otro proceso relacional a nivel global: el condicionamiento de las existencias en los lugares y en el mundo a relaciones de dominación o opresión.

Palabras clave: Globalización; Capitalismo; Relaciones de dominación; Lugar; Mundo.

PLACE-WORLD: THE GLOBALIZATION OF DOMINATED EXPERIENCES

Abstract

This article presents reflections on the contemporary proximity of the place and world categories. In order to do so, it addresses both in its relations of inseparability, shaped by the process of economic globalization that, gradually, conditioned the existence of the subjects in the places. However, it can be said that this process was only possible due to the internalization in these subjects of their own values spread throughout the so-called Modernity, which gradually coupled with the process of global diffusion of the capitalist mode of production. In this sense, it is proposed that these values are associated to an existential perspective derived from relations of domination, comprehended in a broad way and found in several spheres of the production of the existence of the subjects of the world. Thus, the place-world junction seeks to help the geographical debate in order to understand how the process of economic globalization has favored another relational process in a global scope: the conditioning of existences in places and in the world to relations of domination or oppression.

Keywords: Globalization; Capitalism; Domination relationships; Place; World.

¹ Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG). E-mail: danicolucci@ufmg.br

1. Introdução: a existência e o conceito de lugar-mundo

Na contemporaneidade lugar e mundo são indissociáveis. Não há como se compreender um sem que se leve em consideração o outro. A complexificação progressiva da vida e das relações humanas e socioespaciais faz com que o mundo esteja presente em cada lugar, e que os lugares estejam no mundo. Um mundo feito de valores que o formam e transformam através de pessoas que nele atuam, sentem e pensam; de lugares repletos de significação (ou de falta dela). De contatos e de diferenciações; gestado pelas próprias pessoas nos lugares onde vivem. Por isso o mundo, visto através da escala global, tão amplo e vasto, pode ser compreendido nos lugares. Hoje é possível se fazer menção a esta associação entre o que é local e o que é global, entre o lugar e o mundo.

Neste artigo, os conceitos de local e de lugar, assim como os conceitos de global (mundial, planetário) e de mundo são mais do que próximos; poder-se-ia dizer que eles são complementares e, até mesmo, indissociáveis. Aquilo que é próprio do lugar, que lhe dá sentido, pode ser compreendido como o que é local. Nesse sentido, o lugar não é passível de ser compreendido sem que se leve em conta tal propriedade. O mesmo se dá com o mundo, que por si só não existe, sem que carregue consigo aquilo que lhe caracteriza como global; ou seja, como aquilo que é próprio do mundo. Por isso, pode-se dizer que tal fragmentação não passa de um esforço epistemológico que precisa ser entendido através de sua complementariedade e indissociabilidade.

O processo de internacionalização — que teve início por volta do século XVI, com os empreendimentos coloniais patrocinados pelos países europeus — se transformou, paulatinamente, em um processo de mundialização (SANTOS, M., 2008a). Este teve suas raízes lançadas ao solo quando os interesses político-econômicos dos países hegemônicos europeus foram semeados por lugares diversos em todo o mundo e neles alguns valores e ações brotaram. Com isso, as relações políticas e comerciais, que começaram a se estabelecer no início do processo de internacionalização, se transformaram em forças produtivas mundialmente estabelecidas.

Obviamente, nestes mais de cinco séculos, muitas variáveis se modificaram: agentes hegemônicos; interesses em voga; as apropriações que se faz dos lugares; como também a relação entre os lugares do mundo, sendo ela cada vez mais ampliada. Ainda assim, foram os valores ocidentais — ou seja, valores de lugares específicos — que acabaram espalhados por ampla parcela do mundo. Isso não significa que sejam únicos e nem que houve a exclusão de tantos outros valores existentes em diferentes lugares, mas significa que “[...] o corpo ocidental do mundo é o *corpo hegemônico do mundo*” (HISSA, 2009, p. 44). A

ocidentalização crescente dos vários lugares do planeta se deu a partir dos contatos gerados pelos avanços técnico-científicos e pela avidez político-econômica do ocidente europeu.

Hoje, em um mundo onde a técnica e a ciência se potencializam, os lugares são acoplados a uma rede quase que imediata tanto de trocas quanto de relações das mais diversas. O que se pensa ou produz em um lugar pode ser transportado (fisicamente ou não) para outro, praticamente de maneira imediata. E isso ocorre com os progressos técnico-científicos, com as ideias, os valores, as informações, as finanças, as culturas etc. Sendo assim, algumas práticas e alguns modos de pensar se tornaram hegemônicos, se universalizaram e se sobrepuseram a tantos outros que acabaram subjugados (mas não anulados). Além disso, o próprio trabalho humano passa a ser administrado em escala mundial. Assim, hoje é possível determinar o que cada lugar irá fazer no interior do processo produtivo mundialmente gestado (SANTOS, M., 2008c).

Desta maneira, os lugares do mundo não se encontram isolados como antes, quando os contatos que neles se davam eram difíceis e, às vezes, até impossíveis. Os recursos técnico-científicos — como os meios de transporte, de comunicação ou de transmissão de informações — diminuíram o tempo de contato entre os lugares, mesmo que estes estejam distantes fisicamente uns dos outros. Assim, as distâncias se relativizaram cada vez mais, o tempo e o espaço foram comprimidos e os contatos entre lugares longínquos foram facilitados (SANTOS, M., 2008a). Por esse motivo, o lugar carrega em seu interior tanto suas especificidades, quanto o que é próprio do mundo, ou seja, o que é global.

É no lugar que o modo de produção mundial gestado historicamente acontece e, por isso, o mundo, em si mesmo, pode ser considerado como uma abstração (HISSA, 2009). Como os lugares não estabelecem uma relação padronizada ou homogênea com o mundo — para que ambos se constituam —, os lugares menos afetados pelo mundo e pelas relações econômicas globais guardam relativa autonomia. Entretanto, na contemporaneidade, esta autonomia é parcelar porque a rede de lugares, que se dá, inclusive, através de ligações eletrônicas, captura os lugares mais econômica, política e culturalmente distantes. Trata-se de uma tessitura complexa, como se percebe.

É no lugar que a existência da vida das pessoas ocorre e também é nele que as condições atuais de produção e reprodução do modo capitalista² se tornam possíveis. Nele,

² Aqui não se tem a pretensão de realizar estudos minuciosos acerca das fases do desenvolvimento capitalista e, muito menos, subdividi-las e localizá-las ao longo dos séculos. É nítido que, à medida que se progride no tempo, o capitalismo vai se delineando mais claramente e assumindo suas características como um modelo de trocas generalizado por volta do fim do século XVIII e meados do XIX (SANTOS, B., 2006, p. 79). É fundamental, entretanto, que o advento da modernidade seja compreendido a partir de um longo processo que teve como referência o paradigma sócio-cultural iniciado, ainda que embrionariamente, no século XV.

encontram-se o interno e o externo, o antigo e o novo, o tradicional e o contemporâneo, e, desta maneira, as histórias típicas e particulares se articulam à ampla história mundial dos sujeitos do mundo. Lugar e mundo começam a se confundir na modernidade e na radicalização dos paradigmas de vida moderno-ocidental da contemporaneidade emerge forte a existência — e o conceito — de lugar-mundo.

Aos poucos, cada lugar do mundo foi levado a ocupar certa posição no interior de uma divisão internacional do trabalho que se dá em escala global e que está intimamente associada à hierarquia de poderes mundialmente estabelecida. Assim, os lugares ocupam suas funções segundo suas potencialidades produtivas e de acordo com os interesses de uso estabelecidos pelas forças hegemônicas globais (SANTOS, M., 2008c). Por isso, pode-se dizer que a própria morfologia dos lugares é hierarquizada e instituída a partir de relações de dominação, de opressão.

É neste sentido que lugar e mundo se associam e, de diversas maneiras, se estruturam um ao outro; conformando uma só existência socioespacial. A partir dos lugares se pode compreender o que ocorre no mundo, visto que cada um ocupa uma colocação na divisão dos poderes e trabalhos globais. Portanto, alguns lugares possuem maior poder de decisão quanto à distribuição de tarefas e funções sobre os outros, cumprindo um papel de gestores dos caminhos do mundo. A produção convertida em escala global revaloriza os lugares e dá a cada um deles uma posição no interior do seu processo produtivo, num primeiro momento, e reprodutivo posteriormente. Ao mesmo tempo, tal resignificação não ocorre tão somente com relação à capacidade produtiva de cada lugar: ela se dá, também, sobre as culturas e os modos de vida existentes.

Quando se percebe o espaço enquanto devir histórico-social é possível compreender que os processos de produção e reprodução se articulam e completam. O primeiro deles pode ser tratado como aquilo que é específico e inicial a todo o processo que, posteriormente, é reproduzido, ou seja, a reprodução pode ser tratada como o movimento estabelecido a partir de esforços primeiros gestados pela produção. A reprodução só ocorre quando algo é anteriormente produzido pelo trabalho humano e é fundamental que ela

Com o decorrer dos séculos XVI e XVII, até o século XVIII, o corpo da modernidade, como nós a compreendemos hoje, começa a se constituir ou a se consolidar progressivamente com suas características marcantes: como os primeiros passos da economia capitalista e do mercado internacionalizado, assim como a difusão dos valores individualistas, a constituição dos estados modernos e o estabelecimento da ciência como tecnologia (CAMBI, 1999). Sendo assim, não é possível tentar localizar a modernidade e o capitalismo através de uma lógica linear, pois se sabe que a história é feita de descontinuidades e que o mundo, enquanto espaço vivido, é constituído de tempos diversos que se entrecruzam e, nesse caso, em um mesmo lugar-tempo-histórico, se convive com nuances do velho e do novo. Por outro lado, é importante esclarecer que “a modernidade ocidental e o capitalismo são dois processos históricos diferentes e autônomos. O paradigma sócio-cultural da modernidade surgiu [...] antes de o capitalismo industrial se ter tornado dominante nos actuais países centrais. A partir daí, os dois processos convergiram e entrecruzaram-se [...]” (SANTOS, B., 2007, p. 49).

seja percebida como um movimento que engloba aquilo que se cria e se reproduz, na atualidade, de forma ampliada. Tal processo está intimamente ligado à capacidade das sociedades possibilitarem a manutenção das condições de vida que lhes são precisas e é a própria sociedade quem estabelece em que medida o desenvolvimento de suas relações se dará e como a produção deve ser ampliada (CARLOS, 2007).

O que se produz é a própria condição da existência humana, que precisa ser reproduzida para que ocorra a manutenção da vida. Ainda assim, o processo de reprodução acaba criando outros processos produtivos e, portanto, há a criação do novo no interior do próprio processo reprodutivo; ou seja, a reprodução não se dá de maneira idêntica e sofre modificações substanciais no seu decorrer, possibilitando mudanças que, inclusive, podem ser essenciais à própria capacidade de reprodução da vida. “O modo de produção é fundamentalmente um modo de vida.” (GADOTTI, 1992, p. 44).

No lugar se dão as possibilidades da produção e reprodução da vida das pessoas. É nele que elas realizam a sua existência, que concretizam as suas histórias pessoais e coletivas. Tal trajeto histórico, seguramente, está associado à história do mundo e aos caminhos trilhados pela humanidade. Por isso, é possível encontrar nos lugares o que se difundiu pelo mundo — valores, tecnologias, culturas, gostos, conhecimentos — mas, concomitantemente, neles se encontra o que lhes é singular. Cada um deles possui uma história, oriunda de um modo de vida muitas vezes próprio ao que lhe é interno. “Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares” (SANTOS, M., 2001, p. 112).

Para Paulo Freire (2002), cada pessoa possui a sua leitura do mundo, que é estabelecida a partir das suas experiências de vida. Assim, a compreensão do contexto em que se está inserido é de suma importância para que se compreenda o mundo em que se vive. Para ele, é apenas a partir do contexto que se pode compreender o mundo. Mesmo porque, é no lugar onde se dão as experiências sensíveis da vida, ou seja, é onde se vive o mundo.

O lugar pode ser considerado como o espaço onde a vida se desenrola, onde as possibilidades de produção da existência humana se dão. Assim, o conceito de lugar percebido como espaço vivido (SANTOS, 2001; CARLOS, 2007) está intimamente relacionado ao que Freire (2002) denomina de contexto, visto que ambos os conceitos articulam histórias vividas em um lugar específico, carregado de singularidades e repleto de relações com outros lugares do mundo. Portanto, é a partir dos lugares que se criam as diversas leituras do mundo.

Neste sentido, o lugar não pode ser visto como passivo, mas como globalmente ativo, e nele a globalização não pode ser enxergada apenas como fábula. O mundo, nas condições atuais, visto como um todo, é nosso estranho. O lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência. No lugar, estamos condenados a conhecer o mundo [...] (SANTOS, M., 2008b, p. 162-163).

A vida das pessoas acontece nos lugares (HISSA; MELO, 2008), são eles que dão significado às ações, aos desejos, aos valores. No espaço vivido, sinônimo aqui de lugar, gestam-se as relações sócio-culturais, político-econômicas, ambientais etc. Nesse sentido, o lugar está associado ao contexto, que se refere inevitavelmente às presenças temporais e espaciais de homens e mulheres no mundo e com ele.

2. A totalidade fragmentada e a homogeneização seletiva

Este mundo-totalidade, apesar de ter seus lugares conectados em redes, encontra-se também fragmentado. As singularidades dos lugares parecem ser mais explícitas quando se estabelece, como nos dias de hoje, uma percepção ampla do mundo e uma capacidade de gerenciar estrategicamente cada lugar do globo. A compreensão do mundo enquanto totalidade permitiu aos poderes hegemônicos fragmentar o espaço a fim de que cada lugar fosse inserido, segundo suas potencialidades, no interior da produção mundial, estabelecendo, assim, uma hierarquia dos lugares. O objetivo de tal organização global é possibilitar a crescente produção de mercadorias e a conseqüente acumulação de riquezas. Para tanto, cada lugar é referenciado segundo sua capacidade produtiva e de consumo — ou, mesmo, é preservado em prol de possíveis estratégias de utilização futuras.

A totalidade do corpo do mundo — pensada como uma superfície de lucro — encaminha a reflexão na direção da história das relações internacionais de comércio: sempre foram capitalistas, independentemente da existência de Estados que tentaram se organizar através de *projetos socialistas*. A partir dos últimos 20 anos do século XX, observa-se a disseminação do capitalismo através da globalização [...] hegemônica [que] poderá ser interpretada como a internacionalização do *corpo ocidental do mundo* que, no próprio Ocidente, produz ausências ou invisibilidades de *outros corpos de mundo* (HISSA, 2009, p. 43).

O processo de globalização,³ gestado nos últimos séculos, obedece à lógica do desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2006), onde alguns lugares do mundo se sobrepõem hierarquicamente a outros, possuindo a capacidade de encaminhar qual a melhor maneira de reprodução do capital e sobre como esta deve ser dividida ou racionalizada. Na maioria das vezes, os lugares de liderança hierárquica estão associados à

³ Neste artigo os conceitos globalização e mundialização são tratados como sinônimos.

sua maior infra-estrutura, capacidade técnico-científica, comunicacional e informacional, para possibilitar e empreender a reprodução destas relações mundiais.

Lugares hegemônicos têm poder de decisão, enquanto vários outros lugares do mundo são subjugados às suas vontades e desmandos. Isso cria uma tentativa de calar as vozes que se mostram contra-hegemônicas (SANTOS, B., 2006a) e de inferiorizar tudo o que seja diferente da lógica dominante. Esse movimento de silenciamento e pasteurização tem uma motivação: a reprodução ampliada da lógica dominante. Para tanto, é primordial que os lugares apenas ocupem a função que lhes é imposta verticalmente.

A distribuição da função e do uso dos lugares no mundo acaba por criar a especialização destes segundo suas capacidades produtivas, visando, assim, a maior rentabilidade do processo, de forma ampliada. Assim, os lugares não precisam produzir todo o necessário para a sua subsistência ou para consumir o que lhes parece importante: as trocas entre os lugares acabam gerando redes relacionais que possibilitam obter o que não se produz (SANTOS, M. 2008a).

Por outro lado, alguns lugares ocupam destaque na produção de mercadorias mais sofisticadas pelas indústrias de ponta e pela tecnologia avançada, que possuem grande valor agregado e, conseqüentemente, geram maior lucratividade. Entretanto, outros lugares ocupam posições subalternas, como o de fornecedores de matérias-primas, em geral desvalorizadas e bem mais baratas em comparação com aquelas anteriormente citadas.

O que não se pode perder de vista é que quanto maior é a capacidade de gerar riquezas (tanto do ponto de vista das corporações quanto dos Estados), maior é o grau de poder hierárquico mundial. Entretanto, a geração de riquezas também está associada às relações de dominação travadas entre os Estados (hierarquicamente organizados) ou corporações e, por isso, nem sempre quem detém os recursos em seus domínios físicos é quem usufrui deles, pois a sua apropriação pode se dar por outros Estados ou corporações que exploram e expropriam a riqueza alheia a seu favor.

A divisão territorial do trabalho e da produção global parte de uma visão estratégica empreendida pelas grandes corporações econômico-financeiras e pelos Estados (tomados mais como setores de apoio às primeiras do que como agentes decisórios). A forma como os lugares serão utilizados e o que cada um deles deve fazer são questões estratégicas intimamente relacionadas com o domínio e a capacidade de compreensão espacial do mundo (LACOSTE, 2002).

Assim, o lugar toma um sentido importante visto que passa a funcionar como local de realização de planos muito bem pensados e articulados em escala mundial e, por isso, as

diferenciações geográficas são tão importantes nos processos de produção-reprodução do capital. Por isso, o discurso da homogeneização do mundo deve ser considerado de maneira relativa, visto que para que se estabeleça a especialização dos lugares e a sua conseqüente hierarquização é fundamental que também sejam levadas em conta as diferenças de potencialidade e de desenvolvimento produtivo. Daí gesta-se a totalidade fragmentada.

Quando os lugares passam a ser vistos principalmente a partir do seu potencial de gerar riquezas e lucros, acabam sujeitados (aí sim de forma homogeneizadora) a padrões únicos de normatização, de técnicas e até mesmo de valores. Nesse sentido, as culturas locais podem funcionar como entraves ao desenvolvimento econômico e o que se procura fazer, nesses casos, é inibi-las para que abram margem à inserção de novos valores referenciados pelo mercado econômico-financeiro mundial. Os esforços para a homogeneização do mundo passam a ser empreendidos a fim de que se crie uma cultura global, voltada para o trabalho favorável à reprodução das estruturas vigentes.

Desta maneira, interesses hegemônicos encaminham suas diretrizes para cada lugar que acreditam potencialmente lucrativos e, ao mesmo tempo, ignoram outros que não são (em algum momento) rentáveis. Assim, as vozes do mundo consideradas contra-hegemônicas são silenciadas, desqualificadas ou inferiorizadas, a fim de que apenas o que se deseja hegemônico possa ser valorizado ou proferido.

Entretanto, é diferente a maneira como cada lugar recebe o que lhe é externo ou novo, pois cada um possui suas especificidades que, por mais que se tente o contrário, se fazem presentes. Além disso, o interesse em homogeneizar o que se dá no mundo é relativo, visto a já referida necessidade da especialização dos lugares, que é referente à parcela da produção que cabe a cada lugar no processo de divisão internacional do trabalho. Nesse caso, é a capacidade de diferenciação que prevalece e não a de homogeneização. O corpo hegemônico do mundo não é feito de consensos, mas de conflitos (HISSA, 2009), que deixam explícitos (mesmo que assim não se queira) a diversidade de mundos de que se constitui o mundo.

Desta forma, os próprios lugares estão presentes nesta estrutura mundial e possuem uma grande força não só produtiva como também contra-hegemônica. Por isso, é fundamental perceber que o mundo é constituído dos lugares do mundo, é um corpo inteiro que, permanentemente, explicita sua totalidade. Por outro lado, cada lugar possui suas especificidades e diferenças, mas está presente no corpo do mundo, ou seja, também é mundo. Sendo assim, o mundo se faz presente nos lugares e os lugares se fazem presentes no mundo. Por isso a distinção de ambos não faz sentido hoje. Pensar o lugar-mundo é um

esforço teórico legítimo, visto que ambos não só se relacionam como são constituintes e constituídos um do outro.

Ao mesmo tempo, o que seria o próprio lugar-mundo senão o espaço? Espaço nascido do devir histórico, fruto da existência humana sobre o mundo. Espaço produzido por mulheres e homens, feito de relações entre diversas esferas da vida — econômicas, culturais, ambientais, políticas. O hibridismo de conceitos (HISSA, 2009) é mais uma característica marcante das reflexões coetâneas sobre o mundo. Espaço, mundo, lugar, território, por si sós, não fazem mais sentido. São formas de leituras do mundo que precisam ser compreendidas conjuntamente devido suas características de entrelaçamento e à atual complexidade socioespacial.

3. Existência e poder no e com o mundo

Qual é a relação entre o modo de produção e a produção da existência contemporânea? Pode-se dizer que se vive um lugar-mundo de existências dominadas? Na atualidade, tais questões são compreensíveis e pertinentes? Não se deve deixar de considerar que os modos de produção, de certa forma, são modos de vida, ou seja, é através deles que os humanos criam e recriam a sua existência e vice-versa. Também é importante salientar o quanto a existência é primordial para a gestação dos saberes dos homens e mulheres que, juntos, estão no lugar-mundo e com ele. Sendo assim, os modos de produção, necessariamente, estão articulados à produção da existência e, também, dos saberes.

Importa, aqui, realizar uma breve leitura do modo de produção hegemônico estabelecido ao longo do ciclo histórico denominado modernidade, que guarda suas prevalências até os dias de hoje. A modernidade se caracteriza por rupturas e transformações em âmbitos diversos. Elas, de modo geral, se deram com o rompimento do feudalismo, com a invenção do Estado moderno, com a laicização e a racionalização do mundo e do saber, assim como com o crescente processo de industrialização e urbanização, entre outros (CAMBI, 1999).

A abordagem mais aceita das mudanças que ocorreram durante a modernidade, parece demandar que se inicie pelo entendimento de que seus primórdios coincidem com o rompimento do modo de produção feudal, que foi paulatinamente sendo modificado e, concomitante a ele, os modos de produção da economia, do saber, do espaço, dos valores e da própria existência.

Entretanto, tal abordagem, por mais precisão que a ela se encaminhe, não é capaz de incorporar a amplitude e a diversidade de processos que se referem à construção cultural da modernidade. As transformações econômicas e políticas consolidaram, ao longo dos séculos, não apenas o modelo capitalista de produção, mas também seu modo de vida correlativo, que foi viabilizado, ao mesmo tempo, pela produção do conhecimento técnico-científico, de novos valores e de diferentes relações entre as pessoas e o lugar-mundo.

Neste sentido, o capitalismo não pode ser compreendido sem que se compreenda, nele, a função desempenhada pelas mulheres e pelos homens que o produziram e, conseqüentemente, o reproduziram nos lugares ao longo de suas histórias. Certamente, do decorrer dos seus primórdios até hoje, ele passou por intensas variações e adequações, mas basicamente se trata de

[...] uma economia de intercâmbio, baseada na mercadoria e no dinheiro, na capitalização, no investimento, na produtividade: modelo que implica uma racionalização dos recursos (financeiros e humanos) e um cálculo do lucro como regra do crescimento econômico. Nasce o [capitalismo], e nasce independente de princípios éticos, de justiça e de solidariedade, para caracterizar-se, ao contrário, pelo puro cálculo econômico e pela exploração de todo recurso (natural, humano, técnico). (CAMBI, 1999, p. 197).

Uma das características marcantes do capitalismo é que ele se dá a partir de uma lógica perversa, embasada em relações de dominação, de opressão (FREIRE, 2002), que estão intimamente associadas às formas através das quais o poder é estabelecido e distribuído no interior das sociedades. Algo que interessa à reflexão diz respeito às características das relações de dominação: elas são encontradas em variados segmentos sócio-culturais, porque estão internalizadas como se fossem fruto de uma ordem natural. O que acaba por justificá-las são as simples diferenças encontradas entre as pessoas ou até mesmo entre os lugares.

Assim, de maneira equivocada, as diferenças de gênero, de cor, sociais, de idade, por exemplo, são tomadas como recursos classificatórios que identificam aqueles que são superiores a outros, e que, portanto, têm o direito de deter mais poder em relação aos inferiorizados. Nesse sentido, estar *com* os outros significa negar a existência do *eu* do outro a ponto de tratá-lo não como um sujeito capaz de assumir suas escolhas e a intencionalidade dos seus atos, sentimentos e pensamentos, mas como um ser incapaz e inferior que precisa de alguém que lhe direcione e imponha vontades, valores, trabalhos, emoções, explicações etc.

Foi esta lógica que justificou, por exemplo, o regime escravocrata estabelecido no Brasil entre os séculos XVI e XIX. Ainda que em seus primórdios seja inviável integrar tal

momento histórico ao capitalismo propriamente dito nota-se que os valores que sustentavam as relações de dominação já eram amplamente difundidos. Durante séculos, nativos e negros foram subjugados aos interesses religiosos e mercantis dos colonizadores — seres que equivocadamente se sentiam superiores porque oriundos do berço da civilização e detentores de um deus incontestável. Diversas culturas, fossem elas autóctones ou africanas, tiveram suas gentes transformadas em trabalhadores escravos. Este tipo de trabalho, sem dúvida de intuito cumulativo, implicou em um processo violento de reculturalização e genocídio. Isso, que aparentemente parece irracional, apenas faz parte da racionalidade necessária para que esses povos fossem subjugados aos interesses portugueses (SANTOS, D., 2002, p. 119).

Esta mesma lógica de dominação permanece nas relações contemporâneas quando se observa as diversas facetas do racismo brasileiro e as próprias relações entre países sul-americanos e europeus. Continua pairando uma ideia de superioridade dos brancos ou daqueles de pele menos escura (no caso, inclusive, entre os próprios brasileiros) e, por outro lado, a arrogância europeia que até hoje ainda se auto intitula como centro cultural do denominado corpo ocidental do mundo.

Inúmeros outros exemplos deixam claras as relações de dominação que aos poucos foram incorporadas à maneira como as pessoas estão *no* e *com* o lugar-mundo e uns com os outros nele. A experiência relacional contemporânea é marcada pela hierarquia de poderes, estabelecidas segundo as diferenças e a inferiorização descabida oriunda delas. Tudo e todos são considerados como recursos para possível utilização a favor de algumas poucas pessoas detentoras de *mais poder* e, normalmente, com o intuito de geração de lucros e riquezas.

O mundo físico, primeira natureza pretensamente descolada do humano artificializado, é recurso a ser explorado: extraem-se minerais, desmata-se, amplia-se o potencial hidrelétrico. Assim, a humanidade estabelece relações de dominação *com* o próprio lugar-mundo. Jovens subjugam os idosos; homens espancam suas mulheres e crianças; ricos (sujeitos possuidores de dinheiro em demasia) menosprezam os miseráveis econômicos; animais considerados seres sem alma são cruelmente criados para alimentar as pessoas; grandes centros urbanos se crêem melhores que as cidades de menor porte; países do hemisfério Norte impõem diretrizes e normas aos do Sul. As combinações e possibilidades de exemplos de como as experiências humanas se tornaram cada vez mais embasadas nas relações de dominação são infinitas e abarcam escalas diversas. Vão desde as relações no interior das famílias até as praticadas globalmente.

Por isto, é lícito dizer que a existência contemporânea é hegemonicamente estabelecida sobre a égide da opressão, fruto dos complexos processos delineados ao longo da modernidade. Durante séculos, esta lógica foi se internacionalizando e, hoje, sem sombra de dúvidas, se mundializou.

Um percurso longo, sangrento, poético, heróico, no qual se fundem mudanças no pensar e no sentir, no observar e no que é observado, no sentido e significado do 'eu' e do 'outro' tanto dos europeus quanto, concomitantemente, de todos os demais povos do planeta. Num lento (para os parâmetros de hoje) mas seguro processo de exclusão/inclusão, ampliam-se as fronteiras do cristianismo, das línguas européias, dos estados nacionais, da propriedade privada, do novo ritmo de trabalho: do ponto de vista da dimensão espacial, esses movimentos estruturais são o que efetivamente poderíamos chamar de globalização (SANTOS, D., 2002, p. 185).

Quando se fala no capitalismo — um dos pilares da modernidade — é de suma importância que se entenda que ele não é algo superior que paira sobre o mundo e, principalmente, alheio aos sujeitos do lugar-mundo e aos seus modos de ser e de estar nele. Ele é um modo de produção que adentrou os modos de vida das pessoas e que, com ele, criam e recriam a sua existência.

O mundo capitalista é o lugar-mundo que homens e mulheres fizeram para si — uns (a minoria) participando mais ativamente nos processos decisórios dos caminhos a se seguir, devido sua afirmação superior na hierarquia de poderes, que lhes coloca em posição privilegiada neste estar com os outros e o mundo. Por outro lado, a maioria das pessoas, subjugada aos interesses daqueles que se firmaram como detentores das rédeas da história, é utilizada apenas como capital humano, gente para ser gasta no trabalho (RIBEIRO, 2006), que foi reduzido a um fazer-pensar não para si e para o lugar-mundo, mas limitado aos desejos e ambições de outros.

4. A mundialização de existências dominadas

Atualmente, o corpo hegemônico do mundo é o ocidental corpo do mundo (HISSA, 2009), que foi se ocidentalizando aos poucos, através de um longo processo histórico que transformou profundamente os lugares-mundo e reduziu as experiências relacionais a experiências econômicas e de dominação. Aos poucos, o modo de vida capitalista foi difundido, reconhecido e incorporado pelas pessoas e acabou internalizado nas suas formas de agir, pensar, sentir, desejar e viver o lugar-mundo. Talvez, mais do que isso, o mercado tenha invadido os espaços-tempo das estruturas sociais (SANTOS, B., 2007). Tal movimento não se deu por acaso e, muito menos, à revelia do desejo dos sujeitos que,

completamente envolvidos pelos sinais de consumo, reforçaram a presença do mercado em suas vidas.

Talvez, ainda mais, pode-se dizer que o próprio modo de produção capitalista tenha se transformado em um modo de ser — dos sujeitos do lugar-mundo — inerente à cultura moderno-ocidental. Modo de vida — modo de ser e de estar — que se dá basicamente nos lugares, através das experiências cotidianas. Por isso, o capitalismo não é algo que paira no ar, autônomo, como um soberano onipotente, mas é um modo de produção econômico realizado pelos sujeitos do mundo, que produzem e reproduzem os valores, o trabalho e a existência desse modelo nos lugares, fazendo e refazendo coletivamente este corpo ocidental e hegemônico do mundo. Esse modo de ser — esse modo de produção e de consumo — é resultado das práticas e dos pensamentos dos sujeitos; e não algo exterior a eles.

Para tanto, a formação social contemporânea consegue realizar, por mecanismos bastante simples, a domesticação dos corpos, que passam a ser dóceis (com relação à obediência política) e úteis ao modo de produção vigente (no sentido da ampliação das forças econômicas). A utilização do poder disciplinador como fórmula de dominação social ocorreu aos poucos e teve sua difusão coincidente com o momento de consolidação da modernidade e do modo de produção capitalista, ou seja, por volta dos séculos XVII e XVIII. Ao mesmo tempo, ela se deu a partir da criação ou da ampliação do acesso a certas instituições — como escolas, prisões, quartéis, hospitais — que impõem limitações, proibições ou obrigações aos corpos. O olhar hierárquico, sempre atento e vigilante; as sanções normalizadoras, que divulgam regras e punem os transgressores; e as técnicas de exame, que classificam a normalidade e dividem os bons e os maus, são alguns dos mecanismos utilizados a fim de que se adestrem os corpos e as consciências (FOUCAULT, 2009).

Gerações e gerações de homens e mulheres que passam pelo processo de domesticação do pensar, do agir e do sentir, ou seja, de sua existência, internalizaram dentro de si as exigências do modelo hegemônico de produção e os valores ocidentais e economicistas nele imbuídos. Assim, nota-se que, aos poucos e durante os séculos, foram fabricados corpos úteis ao trabalho capitalista, que é, essencialmente, feito e refeito de relações opressoras. Estas, tão difundidas nos modos de vida, se distribuem por diversos lugares-mundo e se manifestam, amplamente, no cotidiano.

Assim, com seus corpos e suas mentes domesticadas, muitas pessoas acabam por ter negado o seu direito à escolha e o que lhes resta é apenas o trabalho no seu formato mais cruel e mesquinho. Desde os primórdios humanos, foi através do trabalho social que as

peças criaram, historicamente, não apenas os meios materiais de possibilitar a sua existência, mas produziram suas culturas, seus modos de vida, suas leituras do mundo. Logicamente, o sentido da produção da vida humana se transformou ao longo dos tempos e, por isso, o trabalho pode ser compreendido a partir de dois sentidos distintos: o primeiro deles em sua perspectiva ontológica e o segundo sob a forma histórica assumida no modo de produção capitalista.

O trabalho, do ponto de vista ontológico, é entendido na sua acepção mais ampla enquanto práxis humana material e não material, não se reduzindo à produção de mercadorias. É, portanto, produção cultural, constitutiva do ser humano. Na forma histórica que assume no modo de produção capitalista torna-se opressor porque é trabalho explorado e alienado, produtor de mais-valia (FISCHER, 2008, p. 413).

O trabalho a partir de sua perspectiva ontológica está intimamente relacionado com a produção e reprodução da existência em seu sentido mais amplo, com seus traços culturais, afetivos, pedagógicos, geográficos, históricos. Dessa maneira, é através do trabalho que, por exemplo, as comidas e as vestimentas típicas da cultura de cada lugar se dão, assim como os mitos e as crenças, as festas, as técnicas produtivas, os processos de ensino-aprendizagem. Isso significa que o trabalho está diretamente ligado aos modos de vida característicos das sociedades que o desenvolveram e, sendo assim, está repleto de significado. Portanto, ele é fruto direto do reconhecimento da identidade grupal e das relações das pessoas entre si e com o lugar onde vivem, isto é, ele constitui o próprio modo de vida da coletividade.

Por outro lado, o trabalho visto a partir das relações de produção travadas no interior do capitalismo é reduzido à ação voltada para a produção de mercadorias e lucro, e a própria produção da existência passa a ser atrelada e subordinada às relações econômico-financeiras e seus consequentes movimentos de distribuição, comercialização, consumo e investimento. Sob este aspecto, as pessoas passam a garantir a sua existência somente se conseguirem se inserir no mercado de trabalho, gerando, assim, valor (medido em tempo) que é trocado por dinheiro — tornando-se, dessa forma, o próprio sujeito uma mercadoria. Assim, trabalhar deixa de ser algo significativo e relacionado aos processos de constituição de uma cultura comum, preocupada com a manutenção da vida coletiva, e se reduz a uma forma de ganhar dinheiro para que se possa consumir: em um primeiro momento, aquilo que é fundamental à manutenção da vida e, atualmente, o máximo de mercadorias, supérfluas ou feitas de necessidades inventadas.

Hoje, mais do que no passado, progressivamente, o consumo deixa de ser apenas o que recobre as exigências da vida e se modifica em consumismo. A referida transformação,

também, é perfeitamente típica do processo de radicalização da modernidade pela via da transformação do *modo de ser* em *modo de ter*. Comprar significa adquirir bens de desejo, e este é quase patológico, já que não se liga à manutenção da existência. O desejo de consumo — e não importa o que se consome — acaba servindo como parâmetro classificatório de poder (de compra) e legitimação da posição do indivíduo na hierarquia social, ou seja, o consumismo também auxilia no processo de diferenciação e dominação, já que cria símbolos de *status* que explicitam e afirmam a segregação e a desigualdade social (HARVEY, 1993). Neste sentido, muitas vezes o trabalho contemporâneo se reduz a uma tarefa que leva à aquisição de dinheiro para ser usado no consumo de bens e serviços que mantenham a posição hierárquica de uma pessoa em relação às outras.

Por outro lado, o que não se pode negar é que, em quaisquer perspectivas que se observe o trabalho, ele é um eixo relacional fundamental entre mulheres e homens e, também, entre eles e o lugar-mundo. Talvez, ele seja a experiência primeira que faz com que as pessoas percebam, compreendam e expliquem o mundo elaborando a sua leitura. Assim, as leituras do lugar-mundo, atualmente, tendem a carregar esta visão do trabalho capitalista: voltado para a aquisição de dinheiro e riquezas; organizado a partir de um poder hierárquico embasado nas relações de dominação e feito de individualismo, diferenciações e segregações. Nesse sentido, lugares e mundos se apresentam conjuntamente emaranhados na difusão global de um modo de produção estabelecido sobre a égide da dominação.

Referências

CAMBI, F. A época moderna. In: CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999. Terceira parte, p. 195-374.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur edições, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O_lugar_no_do_mundo.pdf> Acesso em: 08 mai. 2009.

FISCHER, Maria C.B. Trabalho. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 413-415.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HISSA, Cássio E. V. Territórios de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, Maria T. F.; MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 36-84.

HISSA, Cássio E. V.; MELO, Adriana F. O lugar e a cidade; conceitos do mundo contemporâneo. In: HISSA, Cássio E. V. (Org.). **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 293-308.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução de Maria Cecília França. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006a. p. 777-821.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**; diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1 ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008c.

Recebido em: 15/05/2017

Aceito em: 28/07/2017